

HABEAS CORPUS Nº 549.159 - MT (2019/0359500-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : EURIDES PARRON PARRON
ADVOGADO : EURIDES PARRON PARRON - MT0207190
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : AGNALDO NUNES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de AGNALDO NUNES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Depreende-se dos autos que o Juízo das Execuções Penais unificou as penas do paciente, estabelecendo como marco inicial para a obtenção de futuros benefícios a data da última prisão.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público, "*para alterar a data-base para obtenção de benefícios futuros a partir da última condenação definitiva*" (e-STJ fl. 73).

Na presente impetração, pleiteia a defesa, inclusive liminarmente, "a concessão da ordem de *habeas corpus* em definitivo, para determinar seja considerada a data da última prisão como data-base para cálculo de benefícios" (e-STJ fl. 16).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque a **Terceira Seção** desta Corte Superior de Justiça, recentemente, ao julgar o *Habeas Corpus* n. 381.248/MG (relator para acórdão Ministro

Sebastião Reis Junior), pacificou o entendimento de que *"inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas"*, acarretando *"evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação"*.

Trago à colação a ementa do julgado:

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.

2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.

3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.

4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.

5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016. (HC 381.248/MG, Terceira Seção, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, relator para acórdão Ministro Sebastião Reis Junior, DJe 2/4/2018, grifei.)

Tal o contexto, **defiro** a liminar, **em menor extensão**, para suspender os efeitos do acórdão vergastado até que se ultime o julgamento do presente *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator